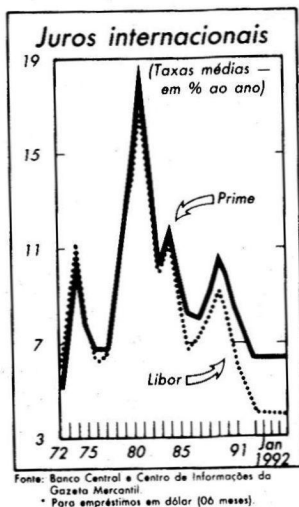


# Economia de US\$ 1,5 bilhão no pagamento dos juros devidos

por Mara Luquet  
de São Paulo

Quando o Brasil sentar-se à mesa para dar início à negociação de sua dívida externa com o comitê de bancos credores — e isso deve acontecer imediatamente após o fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos próximos dias — o País precisará de criatividade em seus argumentos para não aumentar o percentual de juros que vem sendo pagos aos credores. A razão é simples. Sem precisar fazer nenhum esforço, o País conseguiu uma economia anual de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, no pagamento de 100% dos juros sobre o estoque da dívida.

Como qualquer devedor, o Brasil saiu ganhando com a queda das taxas internacionais. A dívida do País com os bancos credores é de US\$ 40 bilhões — sem considerar bancos brasileiros. De janeiro de 1991 até hoje, a Libor (taxa interbancária de Londres) à qual está vinculada quase a totalidade do estoque — caiu de 7,5% para pouco abaixo de 4,5%. Essa diferença de cerca de 3% significa a economia anual sobre o estoque da dívida. Como o País está pagando



apenas 30% dos juros devidos, a economia que entra de fato no caixa do País é de cerca de 1,5% do estoque da dívida, ou US\$ 600 milhões.

Considerando o pagamento de 30% dos juros, o País começava o ano de 1991 pagando 30% de 7,5% (valor da Libor da época), o que significa cerca de 2,5% sobre o estoque da dívida. Se mantivesse o pagamento dos mesmos 2,5% sobre o estoque da dívida, o Brasil teria de estar desembolsando hoje 60% dos juros devidos. Em razão da queda das taxas internacionais isso representaria a

mesma saída de caixa do que era registrada no início de 1991. Essa possibilidade, no entanto, é remota.

A posição oficial do governo brasileiro é a de não desembolsar nada além de 30% que estão sendo pagos dos juros devidos, seja qual for o cenário das taxas internacionais. Antes de embarcar para os Estados Unidos, o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, declarou que o País não cederia às pressões que os bancos credores estão fazendo, a nível informal, para que o governo aumente o percentual do pagamento dos juros.

Segundo dados do BC, relativos ao primeiro semestre de 1991, o serviço da dívida, já naquele período, apresentava uma melhoria comparado ao mesmo período do ano de 1990. As contas do BC sentiam então os reflexos da redução nas taxas de juro externas.

As despesas de juros devidas no primeiro semestre de 1991 alcançaram US\$ 4,122 bilhões, volume inferior aos US\$ 4,575 bilhões que foram pagos no primeiro semestre do ano anterior. Contribuiu para esse resultado, segundo dados do BC, o declínio da Libor, que passou de um nível médio de 8,64%, no período de julho a dezembro de 1989

para 8,10% no mesmo período de 1990.

## DÉCADA DE 70

O Brasil vive atualmente uma experiência contrária à que passou na virada da década de 70 para 80. Naquela época o País sofria com a grande alta nos juros internacionais, que hoje caem, e via engordar o estoque de sua dívida externa em razão desse cenário internacional.

A taxa média da Libor no ano de 1972 era de 5,97%. Foi no início daquela década que entraram os grandes financiamentos de bancos estrangeiros no País. A Libor chegava então no final de 1979 a uma taxa média de 12,15%, e alcançou em 1981 a média de 16,77%.

Nos últimos vinte anos, o Brasil viu crescer o estoque de sua dívida externa US\$ 5,3 bilhões no início de 1970 para US\$ 91 bilhões em 1991. Os maiores saltos aconteceram na virada da década. Em 1978, o País tinha um estoque de US\$ 43,51 bilhões, chegou ao final de 1983 com US\$ 81,32 bilhões e em 1988 atingiu seu mais alto volume, com US\$ 102,55 bilhões.

Segundo os dados mais recentes do BC, do total do estoque da dívida, um volume próximo a US\$ 70 bilhões está com juros vinculados a taxas flutuantes.